

**AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.623.894 - SC  
(2016/0232044-2)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**AGRAVANTE : ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**AGRAVADO : MAYKON AURELIO DA SILVA CAMPOLINO**  
**ADVOGADO : VINICIUS ALEXANDRE REZENDES FABRICIO DA SILVA - DEFENSOR DATIVO - SC035638**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

### **DECISÃO**

**O ESTADO DE SANTA CATARINA** agrava de decisão na qual dei provimento ao recurso especial para determinar que o Tribunal de origem arbitre os honorários advocatícios do defensor dativo em conformidade com a tabela da Seccional de Santa Catarina da Ordem dos Advogados do Brasil vigente à época da designação.

Na petição de fls. 205-229, o ora agravante menciona que, em caso similar, o Supremo Tribunal Federal afastou a incidência da tabela de honorários da Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil para arbitrar o valor a ser pago para o defensor dativo (**AgR no RE n. 945.967/SC**, Rel. Ministra **Cármem Lúcia**, 2ª T., DJe 23/9/2016).

Ilustrativamente, cita ainda outros julgados do Pretório Excelso (AREs n. 1.005.738/SC, 1.004.857/SC, 1.012.199/SC e RE n. 992.078/SC, todos com decisão monocrática do Ministro Luiz Fux).

Alega ser necessária a revisão do entendimento desta Corte Superior com base nos julgados acima mencionados, a fim de que sejam adotados os mesmos parâmetros ali estabelecidos.

Aduz, ainda, que, "no exercício da advocacia dativa, os patronos particulares desempenham verdadeira função pública, atraindo-lhes a submissão, nessas hipóteses, ao regime jurídico administrativo" (fl. 215).

Ressalta que, "em face desse arranjo institucional de assistência jurídica gratuita, verifica-se que a remuneração do advogado dativo é custeada integralmente pelo Poder Público, segundo critérios legais

predefinidos" (fl. 215), motivo pelo qual considera que a tabela de honorários da OAB não pode ser tomada "como parâmetro inafastável de fixação de verba honorária" (fl. 217).

Sustenta que "não se pode submeter a atuação administrativa a atos normativos emanados de ente que não integra a Administração Pública, como é o caso do órgão seccional da OAB" (fl. 221).

Pugna pela reconsideração da decisão agravada ou pela submissão do feito ao órgão colegiado, para que seja provido o agravo regimental.

**Decido.**

A respeito do tema, destaco que, em 23/10/2019, concluiu-se o julgamento dos **Recursos Especiais ns. 1.665.033/SC e 1.656.322/SC**, submetidos ao rito dos recursos repetitivos. Na oportunidade, ficaram assentadas as seguintes teses:

I. As tabelas de honorários elaboradas unilateralmente pelos conselhos seccionais da OAB não vinculam o magistrado no momento de arbitrar o valor da remuneração a que faz jus o defensor dativo que atua no processo penal; servem como referência para o estabelecimento de valor que seja justo e que reflita o labor despendido pelo advogado;

II. Nas hipóteses em que o juiz da causa considerar desproporcional a quantia indicada na tabela da OAB em relação aos esforços despendidos pelo defensor dativo para os atos processuais praticados, poderá, motivadamente, arbitrar outro valor;

III. São, porém, vinculativas, quanto aos valores estabelecidos para os atos praticados por defensor dativo, as tabelas produzidas mediante acordo entre o Poder Público, a Defensoria Pública e a seccional da OAB;

IV. Dado o disposto no art. 105, parágrafo único, II, da Constituição da República, possui caráter vinculante a Tabela de Honorários da Justiça Federal, assim como tabelas similares instituídas, eventualmente, pelos órgãos competentes das Justças dos Estados e do Distrito Federal, na forma dos arts. 96, I, e 125, § 1º, parte final, da Constituição da República.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Na hipótese, observo que o Tribunal de origem, ao examinar a questão, manteve a verba honorária fixada pelo Juízo singular, sob a seguinte motivação (fls. 149-151, grifei):

Já no que se refere ao pedido recursal referente à remuneração do defensor dativo Dr. Vinícius Alexandre Rezendes Fabrício da Silva, nomeado à fl. 40 para exercer a defesa do acusado, entendo que não merece prosperar.

É certo que, embora o artigo 104 da Constituição Estadual e a Lei Complementar Estadual n. 155/97 tenham sido declarados inconstitucionais pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, com eficácia da decisão da Corte Constitucional a contar de 14/03/2013 (Ações Diretas de Inconstitucionalidade n. 3.892 e 4.270), não se pode deixar de remunerar o trabalho de defensor que presta serviços a pessoa que não tem condições de arcar com os honorários advocatícios.

Destarte, levando em conta as diretrizes emanadas pela Seção Criminal deste Tribunal – que **orientou a fixação de honorários em pecúnia, com fulcro nos arts. 20, § 4º, do Código de Processo Civil e 3º do Código de Processo Penal, tomando por base a tabela anexa à extinta Lei Complementar Estadual n. 155/97** – e considerando o valor, à época, de R\$ 63,60 para cada URH, e ainda o item II, n. 29, da mencionada tabela, **reputa-se suficiente a fixação do valor de R\$ 990,00 (novecentos e noventa reais)**, montante até mesmo ligeiramente superior a 15 (quinze) URH's, como remuneração do referido defensor, em virtude de ter exercido a defesa do acusado em todo o feito. Dessa forma, não se deve cogitar a complementação do valor dos honorários fixados em primeiro grau.

Ademais, como se trata de defensor nomeado pelo juízo, e não de advogado contratado, não há como se aplicar a tabela de honorários da Ordem dos Advogados do Brasil, data venia dos que pesam em sentido contrário.

Ainda que a nomeação do ilustre defensor tenha ocorrido após o prazo concedido pelo Supremo Tribunal Federal para implementação da Defensoria Pública, entendo que a fixação dos honorários advocatícios deve continuar respeitando os parâmetros da extinta Lei Complementar Estadual n. 155/97, cujos valores, ainda que não ideais, são razoáveis e exequíveis à medida que remuneram o advogado nomeado sem aviltamento da profissão, além de não onerar desproporcionalmente as finanças do Estado.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Em casos análogos, ressalta-se da jurisprudência deste Sodalício:

[...]

Devem ser mantidos os honorários fixados em primeiro grau, portanto.

Na espécie, como se verifica, a Corte estadual valeu-se, exclusivamente, das normas processuais que tratam dos honorários, sem, contudo, levar em consideração, como referência, aqueles fixados pela tabela da OAB.

Embora não vinculativos, nos casos em que o o juiz da causa considerar desproporcional a quantia indicada na tabela da OAB em relação aos esforços despendidos pelo defensor dativo para os atos processuais praticados, **deverá, motivadamente, arbitrar outro valor, com a devida indicação dessa desproporcionalidade.**

À vista do exposto, **reconsidero em parte a decisão agravada, apenas para determinar ao Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina que reavalie os honorários arbitrados a favor do ora agravado**, tendo em conta as diretrizes fixadas por esta Corte Superior.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ  
Relator